

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta os critérios de medição de resultado para os serviços terceirizados de vigilância armada de natureza contínua com mão de obra exclusiva, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

1.2.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.2.2. Deixar de utilizar materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.2.2.1. Caso a contratada deixar de utilizar materiais, equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços o respectivo valor previsto na planilha de custo da contratação deverá ser glosado do valor mensal previsto, podendo ainda ser aplicado sobre este o Fator de ajuste de nível de serviço, conforme estabelecido nesse instrumento.

1.2. O valor da fatura calculado conforme a formula abaixo:

$$\text{Valor devido na fatura mensal} = (\text{Valor mensal previsto}) \times (\text{Fator de ajuste de nível de serviço})$$

1.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

1.4. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, os fiscais técnico e administrativo designados deverão monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

1.4.1. A equipe de fiscalização do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

1.4.2. O preposto deverá assinar o documento, tomando ciência da avaliação realizada.

1.4.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela equipe de fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

1.4.4. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, podem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no termo de referência.

1.4.5. É vedada a atribuição à contratada avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

1.4.6. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

1.4.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, a equipe de fiscalização do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO.

2.1. Os serviços e produtos da contratada serão avaliados por meio dos seguintes indicadores de qualidade:

- I. atraso no pagamento de salários e outros benefícios;
- II. o uso de EPI's e uniformes;
- III. tempo de resposta às solicitações da Contratante; e
- IV. outras obrigações contratuais diversas.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo.

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

INDICADOR 1: ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E OUTROS BENEFÍCIOS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar ocorrências de atrasos de pagamentos de Salários e outros Benefícios.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de notificação à empresa contratada.
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de ocorrência de atraso no mês de referência.
Início da Vigência	A partir do início da prestação de serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento	- Sem ocorrências = 30 Pontos. - Ocorrência devidamente justificada = 20 Pontos - Uma ou mais ocorrências de atraso, sem justificativa = 0 Pontos;
Sanções	Ver item 22 do Termo de Referência

INDICADOR 2: USO DOS EPI's E UNIFORMES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à Segurança do Trabalho, fornecimento e uso de uniformes.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências

Forma de Acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de notificação à empresa contratada.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço:
Faixas de Ajuste no Pagamento	<ul style="list-style-type: none"> - Sem Ocorrências = 30 Pontos - 01 Ocorrência = 25 Pontos - 02 Ocorrências = 20 Pontos - 03 Ocorrências = 15 Pontos - 04 Ocorrências = 10 Pontos - 05 ou mais Ocorrências = 05 pontos
Sanções	Ver item 22 do Termo de Referência

INDICADOR 3: TEMPO DE RESPOSTA AS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar a agilidade no atendimento das solicitações efetuadas pela Administração
Meta a cumprir	Até dia útil posterior à solicitação
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de notificação à empresa contratada.
Periodicidade	Por evento/solicitação à Contratante/preposto.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento	<ul style="list-style-type: none"> - Sem atrasos: 20 pontos - 01 resposta com atraso = 18 pontos - 02 respostas com atraso = 16 pontos - 03 respostas com atraso = 10 pontos - 04 respostas com atraso = 05 ponto - 05 ou mais com atraso = 00 ponto
Sanções	Ver item 22 do Termo de Referência
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto à resolução das demandas levantadas pela contratante conforme prazo estabelecido na notificação ou conforme estabelecido em edital, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.

INDICADOR 4: OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DIVERSAS
--

ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar ocorrências de inadimplemento de obrigações contratuais diversas
Meta a cumprir	Cumprir obrigações contratuais
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Pelo fiscal do Contrato através de notificação à empresa contratada.
Periodicidade	Por verificação do cumprimento das obrigações contratuais
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta
Início da Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento	- Sem atrasos: 20 pontos - 01 resposta com atraso = 15 pontos - 02 respostas com atraso = 10 pontos - 03 respostas com atraso = 05 pontos - 04 ou mais com atraso = 00 pontos
Sanções	Ver item 22 do Termo de Referência
Observações	O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto ao cumprimento das obrigações contratuais não especificadas nos indicadores 1, 2 e 3, assim como, treinamento, funcionários em nível de escolaridade adequados, substituição de funcionários faltosos por funcionário e por dia, dentre outras obrigações contratuais.

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo: Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de Pontuação de qualidade de serviço	Pagamento Devido	Fator de Ajuste do Instrumento de Medição de Resultado
De 80 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 70 a 79 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 60 a 69 ponto	95% do valor previsto	0,95
De 50 a 59 pontos	93% do valor previsto	0,93
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto	0,90

3.2. Valor devido na fatura mensal = (Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)

3.3. A avaliação abaixo de 50 pontos por três vezes poderão motivar aplicação de sanções conforme estabelecido no termo de referência da contratação, a exemplo de multa e/ou a rescisão do Contrato.

4. CHECK LIST PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1) Atraso no Pagamento de salários e outros benefícios	Sem ocorrências	30 Pontos	
	Ocorrência devidamente justificada	20 Pontos	
	Uma ou mais ocorrências	00 Pontos	
2) Uso dos EPI's e Uniformes	Sem ocorrências	30 pontos	
	01 ocorrência	25 pontos	
	02 ocorrências	20 pontos	
	03 ocorrências	15 pontos	
	04 ocorrências	10 ponto	
	05 ou mais ocorrências	05 ponto	
3) Tempo de Resposta às Solicitações da Contratante	Sem atrasos:	20 pontos	
	02 ocorrências	16 pontos	
	03 ocorrências	10 pontos	
	04 ocorrências	05 ponto	
	05 ou mais ocorrências	00 ponto	
4) Outras obrigações contratuais diversas	Sem ocorrências	20 pontos	
	01 ocorrência	15 pontos	
	02 ocorrências	10 pontos	
	03 ocorrências	05 pontos	
	04 ou mais ocorrências	00 ponto	
Pontuação Total do Serviço:			
Competência da Avaliação:	____ / ____		
FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO			
FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO			

ANEXO II – PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ORÇAMENTO ESTIMATIVO DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS

Tendo em vista as peculiaridades da contratação ora proposta, faz-se essencial os seguintes esclarecimentos referentes às planilhas estimativas, os quais **deverão ser observados pelas empresas licitantes** quando da elaboração de suas propostas de preços:

1. Para a elaboração das Planilhas de Custo e Formação de Preços dos serviços foi considerado o piso salarial estabelecido na **Convenção Coletiva De Trabalho - CCT 2023/2024 -PA000985/2022 firmado com o SINDESP/PA e o Sindicato Dos Vigilantes Do Para**. As planilhas de custos deverão ser apresentadas com base nessa convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva mais benéfica, aplicável às categorias envolvidas nas contratações e à qual a licitante esteja obrigada.

2. Além das Planilhas de Custo e Formação de Preços para os postos de vigilância diurno e noturno, as licitantes deverão apresentar ainda a planilha de custo do supervisor de vigilância, para fins de incluir no custo desta contratação o valor custo de rateio de chefia de campo. O cálculo desse custo é igual ao custo de um supervisor/encarregado/chefia de campo dividido por 40 vigilantes, conforme estabelecido no item 6 do anexo VI-A da IN 05/2017. Para estimar os valores dos itens da planilha de custo do Supervisor/encarregado/chefia de campo, foram utilizados os dados da tabela de Salário e Benefícios do encarregado de vigilância previsto na CCT PA000985/2022. Os outros itens que compõe a planilha de custo do supervisor tais como: aviso prévio e custo de substituição do profissional ausentes, foram projetados a partir de dados da pesquisa de preços. Desconsideramos o custo de uniformes e de equipamentos na planilha de custo do supervisor/encarregado/chefia de campo, pois mesmo não estará em tempo integral na instituição.

3. Caso a **licitante** utilize instrumento coletivo distinto do adotado neste Edital, deverá indicar em sua proposta a convenção coletiva de trabalho ou a norma coletiva a que esteja obrigada.

4. O percentual do Seguro de Acidente de trabalho – SAT que foi utilizado para compor preço o estimado desta contratação foi o valor de 3%, ou seja, o valor máximo estabelecido no item 14 do anexo XII IN 05/2017 SEGES.

5. Os valores do: seguro de vida, aviso prévio indenizado e trabalho, custo do substituto nas

ausências legais, custos indiretos, lucros, uniformes, Materiais e Equipamentos foram obtidos através de pesquisa de mercado conforme a In Nº 65/2021 SEDGG.

6. O custo para pagar um profissional que irá substituir o profissional residente durante o período de gozo de férias deverá estar contemplado no submódulo 4.1 (Substituto nas Ausências Legais). Nesse custo devem ser provisionados todos os direitos que o repositor possui: remuneração, encargos, benefícios, e inclusive, provisão de férias proporcionais ao período em que ficou à disposição da Administração. Desta forma esse custo deve ser a seguinte soma das seguintes provisões mensais da planilha dividido por 12, pois a substituição é por somente 01 mês de férias, conforme formula abaixo:

Custo de Reposição do Profissional ausente nas férias = [(Módulo 1 (remuneração) + Submódulo 2.1 (13º Salário, Férias e Adicional de Férias) + Submódulo 2.2 - (Encargos) + provisão mensal para: seguro de vida, dia do vigilante e para o combate a vigilância clandestina + Módulo 3 (Provisão para Rescisão) + provisão mensal de uniformes)]/ 12

7. Para cada tipo de posto de vigilância, deverá ser apresentado pelos proponentes o respectivo preço mensal do posto, calculado conforme esse modelo de planilha de custos e formação de preços anexo do Edital.

8. O modelo de planilha de custo anexo do Edital deverá ser preenchido pelos licitantes conforme legislação vigente, atendendo a Lei nº 13.467/2017 assim como o disposto em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho e NOTA TÉCNICA Nº 1417/2018/CGIMA/-DIVI/CGIMA/DI/SFC, anexa ao edital.

9. Não será incluído na composição da remuneração da planilha de custo a rubrica referente ao adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado, tendo em vista o disposto no parágrafo único do Art. 59-A, da Lei nº 13.467/2017.
10. Os custos com a rubrica Adicional Noturno levará em consideração apenas o período noturno das 22 horas às 5 horas, tendo em vista a extinção da prorrogação da jornada de trabalho noturno após as 5 horas prevista pela Súmula TST 60.
11. Caso a empresa for indenizar o valor do intervalo intrajornada não concedido ou concedido parcialmente ao profissional envolvido diretamente na prestação de serviços, o valor referente a essa rubrica deverá ser alocada no módulo referente aos custos de benefícios mensais e diários, tendo em vista tratar-se, a partir da nova redação conferida

ao § 4º, Art. 71 da CLT, de verba de caráter indenizatório. Caso a empresa tenha custos para substituição do profissional diretamente envolvido na prestação de serviços, esse valor deverá ser alocado no submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada.

- 12.** Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis, constantes no submódulo 2.1, módulo 3, e submódulo 4.1, já pagos ou amortizados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados como condição para renovação contratual, conforme item 9 do Anexo IX da IN 05/2017 SEGES/MPDG detalhado no item 6.3 do Termo de Referência.

O desconto de vale transporte na escala 12 x 36 é de 3% sobre o salário Base, conforme art. 10 do Decreto nº 95.247/87, pois a parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário, uma vez que o vigilante 12x36 recebe referente a 15 dias a proporcionalidade é de 50%.

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS							
Tipo de Serviço		Valor Proposto por Empregado	Qtde. de Empregado por Posto	Valor Proposto por Posto	Qtde. de Postos	Valor Mensal	Valor Global
ITEM	(A)	(B)	(C)	(D) = (B x C)	(E)	(F) = (D x E)	(G) =F x12
1	Vigilância Armada - 12 (doze) horasdiurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 6,206.49	2	12,412.98	4	49,651.92	595,823.09
	Vigilância Armada - 12 (doze) horasnoturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	R\$ 7,421.54	2	14,843.07	3	44,529.22	534,350.63
	Rateio da Chefia de Campo de Diurno (Valor da Chefia de Campo/40)	R\$ 205.00	1	205.00	1	205.00	2,459.95
	Rateio da Chefia de Campo de Noturno(Valor da Chefia de Campo/40)	R\$ 248.21	1	248.21	1	248.21	2,978.48
TOTAL						R\$ 94,634.35	R\$ 1,135,612.15

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUDAM			
PROCESSO:			
PREGÃO ELETRÔNICO:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):		
B	Município/UF:	Belém/PA	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2022/2024- SINDIVIPA-SINDESP/PA - CBO 5173-30	
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
Vigilância Armada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.		Posto	3
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço		Vigilância Armada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 x 36 horas.
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,702.49
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021
6	Hora Normal		
7	Adicional Noturno 20%		
8	Hora Extra Diurna com 50%		
9	Hora Extra Noturna com 50%		
10	Feriado Pagamento em Dobro - Dia do Vigilante		
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor Médio
A	Salário-Base		R\$ 1,702.49
B	Adicional de Periculosidade =30% x (Salário-Base)		R\$ 510.75
C	Dia do vigilante (clausula 83 da CCT- remuneração em dobro) laborado das 7h às 19h = 12h diurnas x valor da hora no dia do vigilante /12meses do cntrato		R\$ -
Total da Remuneração			R\$ 2,213.24

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor Médio
A	13º (décimo terceiro) Salário	= (8,33% x Total da Remuneração)	8.33% R\$ 184.36
B	Férias e Adicional de Férias	= (8,33% + 2,78%) x Total da Remuneração)	11.11% R\$ 245.89
TOTAL			19.44% R\$ 430.25

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor Médio
A	INSS	20.00%	R\$ 528.70
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 66.09
G	SAT	3.00%	R\$ 79.30

B	SESC ou Sesi	1.50%	R\$	39.65
C	SENAI ou SENAC	1.00%	R\$	26.43
H	SEBRAE	0.60%	R\$	15.86
D	INCRA	0.20%	R\$	5.29
F	FGTS	8.00%	R\$	211.48
TOTAL		36.80%	R\$	972.80

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.					
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			Valor Médio	
A	Auxílio Transporte	(Clausula 21 CCT)	= (15*2*4) - (Salario base*50%*6%)	R\$	68.93
B	Auxílio Alimentação	(Clausula 19 CCT)	= (15*36) - 1%*(15*36)	R\$	534.60
C	Assistência médica e familiar			R\$	-
D	Auxílio Creche			R\$	-
E	Seguro de vida , invalidez e funeral			R\$	13.50
	Dia do Vigilante			R\$	10.06
	Combate a vigilância clandestina			R\$	2.00
	Total da Benefícios mensais e diários			R\$	617.03

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários				
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			Valor Médio
2.1	13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS			R\$ 430.25
2.2	GPS, FGTS E OUTRAS			R\$ 972.80
2.3	BENEFÍCIOS MENSAS E DIÁRIOS			R\$ 617.03
	TOTAL			R\$ 2,020.08
Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado		0.42%	R\$ 9.30
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado		8.00%	R\$ 0.74
C	Multa do FGTS sobre do aviso prévio indenizado = 2% x Remuneração		2.00%	R\$ 44.26
D	Aviso prévio trabalhado		1.94%	R\$ 42.94
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado		36.800%	R\$ 15.80
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado		2.00%	R\$ 44.26
	TOTAL		R\$	157.31

Nota 1: Devido a extinção da contribuição Social de 10% sobre os depósitos de FGTS que foi extinta a parti de 01/01/2020, conforme art. 12 da Lei 13.932/2019, a soma dos percentuais dos itens "C" e "F" do Modulo 3, que se referem à multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado, deve totalizar no máximo 4% sobre a remuneração, o que corresponde ao percentual que será recolhido na conta vinculada.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
---	--	--	--	--

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais				
4.1	Substituto nas Ausências Legais			Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Férias	14.47%	R\$	320.28
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.55%	R\$	12.07
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0.04%	R\$	0.86
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0.55%	R\$	12.07

E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.06%	R\$	1.29
F	Substituto na cobertura de ausências por Doença	0.00%	R\$	-
TOTAL			R\$	346.57

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	SUBMÓDULO 4.2 - Intraornada		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação = valor da hora extra diurna x 15		R\$ 226.35
TOTAL			R\$ 226.35

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor Médio
4.1	AUSENCIAS LEGAIS	R\$ 346.57
4.2	INTRAORNADA	R\$ 226.35
TOTAL		R\$ 572.92

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS	Valor Médio
A	Uniformes	R\$ 44.15
B	Materiais	
C	Equipamentos	R\$ 44.61
D	Outros (especificar)	
Total		R\$ 88.75

Nota: Valores mensais por empregado.

6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor Médio
A	Custos Indiretos	6%	R\$ 285.96
A.1	Custo de manutenção de depósito de conta Vinculada = R\$ 155/10 (empregados)		R\$ 15.50
B	Lucro	6%	R\$ 315.87
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	a) Cofins	3.00%	R\$ 186.19
	b) PIS	0.65%	R\$ 40.34
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	a) ISS	5%	R\$ 310.32
Total			R\$ 1,154.19

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

2		Valor Médio
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,213.24
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,020.08
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 157.31
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 572.92
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 88.75
subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 5,052.30
F	MÓDULO 6 -Tributo + Custos Indiretos + Lucro	R\$ 1,154.19
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 6,206.49

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUDAM			
PROCESSO: 59004.000441/2021-57			
PREGÃO ELETRÔNICO:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):		
B	Município/UF:	Belém/PA	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2020/2021- SINDIVIPA-SINDESP/PA - CBO 5173-30	
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
Supervisor/encarregado/chefia de campo de vigilância - 12x 36 Diurno		Posto	1
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço		Supervisor de Vigilância Armada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 x 36 horas.
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 2,390.74
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021
6	Hora Normal		R\$ 13.16
7	Adicional Noturno 20%		R\$ 2.63
8	Hora Extra Diurna com 50%		R\$ 19.74
9	Hora Extra Noturna com 50%		R\$ 26.68
10	Feriado Pagamento em Dobro - Dia do Vigilante		R\$ 26.31
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor Médio
A	Salário-Base		R\$ 2,390.74
B	Adicional de Periculosidade =30% x (Salário-Base)		R\$ 717.22
C			
Total da Remuneração			R\$ 3,107.96
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.			
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor Médio
A	13º (décimo terceiro) Salário = (8,33% x Total da Remuneração)	8.33%	R\$ 258.89
B	Férias e Adicional de Férias = (8,33% + 2,78%) x Total da Remuneração	11.11%	R\$ 345.29
TOTAL		19.44%	R\$ 604.19
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor Médio
A	INSS	20.00%	R\$ 742.43
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 92.80
G	SAT	3.00%	R\$ 111.36
B	SESC ou Sesi	1.50%	R\$ 55.68
C	SENAI ou SENAC	1.00%	R\$ 37.12
H	SEBRAE	0.60%	R\$ 22.27
D	INCRA	0.20%	R\$ 7.42
F	FGTS	8.00%	R\$ 296.97
	TOTAL	36.80%	R\$ 1,366.07

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			
2.3	BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS		Valor Médio
A	Auxílio Transporte (Clausula 20 CCT)	= (15*2*4) - (Salário base*50%*6%)	R\$ 48.28
B	Auxílio Alimentação (Clausula 19 CCT)	= (15*36) - 1%*(15*36)	R\$ 534.60
C	Assistência médica e familiar		R\$ -
D	Auxílio Creche		R\$ -
E	Seguro de vida , invalidez e funeral		R\$ 13.50
	Dia do Vigilante		R\$ 14.13
	Combate a vigilância clandestina		R\$ 2.00
	Total da Benefícios mensais e diários		R\$ 596.38

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor Médio
2.1	13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS		R\$ 604.19
2.2	GPS, FGTS E OUTRAS		R\$ 1,366.07
2.3	BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS		R\$ 596.38
	TOTAL		R\$ 2,566.64

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0.42%	R\$ 13.05
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8.00%	R\$ 1.04
C	Multa do FGTS sobre do aviso prévio indenizado = 2% x Remuneração	2.00%	R\$ 62.16
D	Aviso prévio trabalhado	1.94%	R\$ 60.29
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36.800%	R\$ 22.19
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	2.00%	R\$ 62.16
	TOTAL		R\$ 220.90

Nota 1: Devido a extinção da contribuição Social de 10% sobre os depósitos de FGTS que foi extinta a parti de 01/01/2020, conforme art. 12 da Lei 13.932/2019, a soma dos percentuais dos itens "C" e "F" do Modulo 3 , que se referem à multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado , deve totalizar no máximo 4% sobre a remuneração, o que corresponde ao percentual que será recolhido na conta vinculada.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
<p>Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.</p>	

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Férias	14.29%	R\$ 444.06
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.55%	R\$ 16.95
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0.04%	R\$ 1.21
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0.55%	R\$ 16.95
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.06%	R\$ 1.82
F	outros	0.00%	R\$ -
TOTAL			R\$ 480.98
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada			
4.2	SUBMÓDULO 4.2 - Intra jornada		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação = valor da hora extra diurna x 15		R\$ 317.85
TOTAL			R\$ 317.85
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor Médio
4.1	AUSENCIAS LEGAIS		R\$ 480.98
4.2	INTRAJORNADA		R\$ 317.85
TOTAL			R\$ 798.83
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		Valor Médio
A	Uniformes		R\$ -
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	Outros (especificar)		
Total			R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor Médio
A	Custos Indiretos	5.66%	R\$ 378.90
B	Lucro	5.90%	R\$ 417.32
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	a) Cofins	3.00%	R\$ 246.00
	b) PIS	0.65%	R\$ 53.30
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	a) ISS	5%	R\$ 409.99
Total			R\$ 1,505.51

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
2		Valor Médio
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3,107.96
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,566.64
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 220.90
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 798.83
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6,694.33
F	MÓDULO 6 -Tributo + Custos Indiretos + Lucro	R\$ 1,505.51
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 8,199.83
Rateio da Chefia de Campo de Diurno (Valor da Chefia de Campo/40)		205.00

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUDAM			
PROCESSO: 59004.000441/2021-57			
PREGÃO ELETRÔNICO:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	5/21/2020	
B	Município/UF:	Belém/PA	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2020/2021- SINDIVIPA-SINDESP/PA - CBO 5173-30	
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
Supervisor/encarregado/chefia de campo de vigilância - 12x 36 Noturno		Posto	1
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço	Supervisor de Vigilância Armada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 x 36 horas.	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	CBO 5173-30	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	2,390.74
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1/1/2021	
6	Hora Normal	R\$	13.16
7	Adicional Noturno 20%	R\$	2.83
8	Hora Extra Diurna com 50%	R\$	19.74
9	Hora Extra Noturna com 50%	R\$	25.43
10	Feriado Pagamento em Dobro - Dia do Vigilante	R\$	26.31
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor Médio
A	Salário-Base		R\$ 2,390.74
B	Adicional de Periculosidade =30% x (Salário-Base)		R\$ 717.22
C	Adicional Noturno (cláusula 15ª da CCT2021)		R\$ 339.60
D	Hora Noturna Reduzida (Cláusula 13ª da CCT 2021)- 8 horas por noite		R\$ 381.45
Total da Remuneração			R\$ 3,829.01
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.			
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor Médio
A	13º (décimo terceiro) Salário =(8,33% x Total da Remuneração)	8.33%	R\$ 318.96
B	Férias e Adicional de Férias =(8,33% + 2,78%) x Total da Remuneração)	11.11%	R\$ 425.40
TOTAL		19.44%	R\$ 744.36
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor Médio
A	INSS	20.00%	R\$ 914.67
E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$ 114.33
G	SAT	3.00%	R\$ 137.20

B	SESC ou Sesi	1.50%	R\$	68.60
C	SENAI ou SENAC	1.00%	R\$	45.73
H	SEBRAE	0.60%	R\$	27.44
D	INCRA	0.20%	R\$	9.15
F	FGTS	8.00%	R\$	365.87
TOTAL		36.80%	R\$	1,683.00

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.				
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			Valor Médio
A	Auxílio Transporte (Clausula 20 CCT)	=(15*2*4)-(Salario base*50%*6%)		R\$ 48.28
B	Auxílio Alimentação (Clausula 19 CCT)	= (15*36)-1%*(15*36)		R\$ 534.60
C	Assistência médica e familiar			R\$ -
D	Auxílio Creche			R\$ -
E	Seguro de vida , invalidez e funeral			R\$ 13.50
	Dia do Vigilante			R\$ 14.13
	Combate a vigilância clandestina			R\$ 2.00
	Total da Benefícios mensais e diários			R\$ 612.50

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor Médio
2.1	13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS		R\$ 744.36
2.2	GPS, FGTS E OUTRAS		R\$ 1,683.00
2.3	BENEFICIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 612.50
	TOTAL		R\$ 3,039.86

Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0.42%	R\$ 16.08
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8.00%	R\$ 1.29
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado = 2% x Remuneração	2.00%	R\$ 76.58
D	Aviso prévio trabalhado	1.94%	R\$ 74.28
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36.80%	R\$ 27.34
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	2.00%	R\$ 76.58
TOTAL			R\$ 272.15

Nota 1: Devido a extinção da contribuição Social de 10% sobre os depósitos de FGTS que foi extinta a parti de 01/01/2020, conforme art. 12 da Lei 13.932/2019, a soma dos percentuais dos itens "C" e "F" do Modulo 3 , que se referem à multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado , deve totalizar no máximo 4% sobre a remuneração, o que corresponde ao percentual que será recolhido na conta vinculada.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
---	--	--	--

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Férias	14.27%	R\$ 546.51
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.53%	R\$ 20.24
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0.04%	R\$ 1.44
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0.53%	R\$ 20.24
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.06%	R\$ 2.16
F	Substituto na cobertura de ausências por Doença	0.00%	R\$ -
TOTAL			R\$ 590.61
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada			
4.2	SUBMÓDULO 4.2 - Intra jornada		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação = valor da hora extra x 15		R\$ 381.45
TOTAL			R\$ 381.45
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor Médio
4.1	AUSENCIAS LEGAIS		R\$ 590.61
4.2	INTRAJORNADA		R\$ 381.45
TOTAL			R\$ 972.06
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		Valor Médio
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	Outros (especificar)		
Total			R\$ -

Nota: Valores mensais por empregado.

6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor Médio
A	Custos Indiretos	6%	R\$ 459.20
B	Lucro	6%	R\$ 497.19
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	a) Cofins	3.00%	R\$ 297.85
	b) PIS	0.65%	R\$ 64.53
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	a) ISS	5%	R\$ 496.41
Total			R\$ 1,815.19

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
2		Valor Médio
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3,829.01
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3,039.86
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 272.15
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 972.06
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ -
subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 8,113.08
F	MÓDULO 6 -Tributo + Custos Indiretos + Lucro	R\$ 1,815.19
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 9,928.27
Rateio da Chefia de Campo de Diurno (Valor da Chefia de Campo/40)		248.21

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUDAM			
PROCESSO:			
PREGÃO ELETRÔNICO:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):		
B	Município/UF:	Belém/PA	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	CCT 2020/2021- SINDIVIPA-SINDESP/PA - CBO 5173-30	
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar
de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.		Posto	2
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de Serviço		Vigilância Armada - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 x 36 horas.
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		CBO 5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 1,702.49
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		1/1/2021
6	Hora Normal		
7	Adicional Noturno 20%		R\$ 2.01
8	Hora Extra Diurna com 50%		
9	Hora Extra Noturna com 50%		R\$ 18.11
10	Feriado Pagamento em Dobro - Dia do Vigilante		
11			
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor Médio
A	Salário-Base		R\$ 1,702.49
B	Adicional de Periculosidade =30% x (Salário-Base)		R\$ 510.75
C	Adicional Noturno (clausula 15ª da CCT2021)		R\$ 241.20
D	Hora Noturna Reduzida (Cláusula 13ª da CCT 2021)- 8 horas por noite		R\$ 271.65
E	Dia do vigilante (clausula 83 da CCT- remuneração em dobro) 13,47h x R\$ 16,56 = R\$223,06 /12meses do cntrato = R\$ 16,56/2		R\$ -
	Total da Remuneração		R\$ 2,726.09
Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.			
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor Médio
A	13ª (décimo terceiro) Salário =(8,33% x Total da Remuneração)	8.33%	R\$ 227.08
B	Férias e Adicional de Férias =(8,33% + 2,78%) x Total da Remuneração)	11.11%	R\$ 302.87
TOTAL		19.44%	R\$ 529.95
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias.			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.			
Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável.			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Valor Médio
A	INSS	20.00%	R\$ 651.21

E	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.50%	R\$	81.40
G	SAT	3.00%	R\$	97.68
B	SESC ou Sesi	1.50%	R\$	48.84
C	SENAI ou SENAC	1.00%	R\$	32.56
H	SEBRAE	0.60%	R\$	19.54
D	INCRA	0.20%	R\$	6.51
F	FGTS	8.00%	R\$	260.48
TOTAL		36.80%	R\$	1,198.22

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.					
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			Valor Médio	
A	Auxílio Transporte	(Clausula 20 CCT)	$=(15*2*4)-(Salario\ base*50\%*6\%)$	R\$	68.93
B	Auxilio Alimentação	(Clausula 19 CCT)	$= (15*36)-1\%*(15*36)$	R\$	534.60
C	Assistência médica e familiar			R\$	-
D	Auxilio Creche			R\$	-
E	Seguro de vida , invalidez e funeral			R\$	13.50
	Dia do Vigilante			R\$	10.06
	Combate a vigilância clandestina			R\$	2.00
	Total da Benefícios mensais e diários			R\$	617.03

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da IN 05/2017 SEGES.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor Médio	
2.1	13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS	R\$	529.95
2.2	GPS, FGTS E OUTRAS	R\$	1,198.22
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$	617.03
	TOTAL	R\$	2,345.20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0.42%	R\$ 11.45
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	8.00%	R\$ 0.92
C	Multa do FGTS sobre do aviso prévio indenizado = 2% x Remuneração	2.00%	R\$ 54.52
D	Aviso prévio trabalhado	1.94%	R\$ 52.89
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36.800%	R\$ 19.46
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	2.00%	R\$ 54.52
	TOTAL		R\$ 193.76

Nota 1: Devido a extinção da contribuição Social de 10% sobre os depósitos de FGTS que foi extinta a parti de 01/01/2020, conforme art. 12 da Lei 13.932/2019, a soma dos percentuais dos itens "C" e "F" do Modulo 3, que se referem à multa do FGTS sobre aviso prévio indenizado e trabalhado, deve totalizar no máximo 4% sobre a remuneração, o que corresponde ao percentual que será recolhido na conta vinculada.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Férias	14.42%	R\$ 393.14
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.53%	R\$ 14.41
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0.04%	R\$ 1.03
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0.53%	R\$ 14.41
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.06%	R\$ 1.54
F	Substituto na cobertura de ausências por Doença	0.00%	R\$ -
TOTAL			R\$ 424.54
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada			
4.2	SUBMÓDULO 4.2 - Intra jornada		Valor Médio
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação = R\$ 18,11(valor da intra jornada) x 15		R\$ 271.65
TOTAL			R\$ 271.65
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor Médio
4.1	AUSENCIAS LEGAIS		R\$ 424.54
4.2	INTRAJORNADA		R\$ 271.65
TOTAL			R\$ 696.19
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS		Valor Médio
A	Uniformes		R\$ 44.15
B	Materiais		
C	Equipamentos		R\$ 44.61
D	Outros (especificar)		
Total			R\$ 88.75

Nota: Valores mensais por empregado.

6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor Médio
A	Custos Indiretos	6%	R\$ 342.43
A.1	Custo de manutenção de depósito de conta Vinculada = R\$ 155/10 (empregados)		R\$ 15.50
B	Lucro	6%	R\$ 371.66
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	a) Cofins	3.00%	R\$ 222.65
	b) PIS	0.65%	R\$ 48.24
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
	a) ISS	5%	R\$ 371.08
Total			R\$ 1,371.55

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
2		Valor Médio
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2,726.09
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2,345.20
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 193.76
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 696.19
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 88.75
subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 6,049.99
F	MÓDULO 6 -Tributo + Custos Indiretos + Lucro	R\$ 1,371.55
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 7,421.54

Pesquisa de custos de mão de obra - Vigilante Diurno					
ITEM	DESCRIÇÃO	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH Complexo Hospitalar Universitário da UFPA/EBSERH ; Empresa: POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA PREGÃO 80/2022 REPUBLICAÇÃO /2022 (UASG 155909); Data de homologação: 11/01/2023	UASG 925611 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARA; Pregão Nº 00031/2022 ; Empresa : O S SERVICOS DE VIGILANCIA EIRELI; Data de Homologação do Pregão Eletrônico: 14/12/2022	Nº Pregão: 122022 / UASG: 928228 / Nº Item: 2; SECRETARIA ESTRATEGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA; Adj/Hom:20/10/2022 ; Empresa:BELEM RIO SEGURANCA LTDA	MEDIANA
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor Médio
E	Seguro de vida , invalidez e funeral	R\$ 13.50	R\$ 13.50	R\$ 14.53	R\$ 13.50
3	Provisão para Rescisão	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0.420%	0.42%	0.420%	0.42%
D	Aviso prévio trabalhado	1.94%	1.94%	1.94%	1.94%
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor Médio
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.37%	0.55%	0.55%	0.55%
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0.028%	0.04%	0.04%	0.04%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0.37%	0.55%	0.55%	0.55%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.0413%	0.06%	0.06%	0.06%
F	Outros (especificar)				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual 1	Percentual 2	Percentual 3	Percentual Medio
A	Custos Indiretos	1.10%	5.66%	5.92%	6%
B	Lucro	0.92%	10.00%	5.90%	6%

Pesquisa de custos de mão de obra - Vigilante Noturno					
ITEM	DESCRIÇÃO	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH Complexo Hospitalar Universitário da UFPA/EBSERH ; Empresa: POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA PREGÃO 80/2022 REPUBLICAÇÃO /2022 (UASG 155909); Data de homologação: 11/01/2023	UASG 925611 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARA; Pregão Nº 00031/2022 ; Empresa : O S SERVICOS DE VIGILANCIA EIRELI; Data de Homologação do Pregão Eletrônico: 14/12/2022	Nº Pregão: 122022 / UASG: 928228 / Nº Item: 2; SECRETARIA ESTRATEGICA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA; Adj/Hom:20/10/2022 ; Empresa:BELEM RIO SEGURANCA LTDA	MEDIANA
2.3	BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor Médio
E	Seguro de vida , invalidez e funeral	R\$ 13.50	R\$ 13.50	R\$ 14.53	R\$ 13.50
3	Provisão para Rescisão	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor Médio
A	Aviso Prévio Indenizado	0.42%	0.42%	0.42%	0.42%
D	Aviso prévio trabalhado	1.94%	1.94%	1.94%	1.94%
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor Médio
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0.37%	0.53%	0.53%	0.53%
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0.03%	0.04%	0.04%	0.04%
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0.37%	0.53%	0.53%	0.53%
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0.04%	0.06%	0.06%	0.06%
F	Outros (especificar)				
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual 1	Percentual 2	Percentual 3	Percentual Medio
A	Custos Indiretos	2.40%	5.66%	5.95%	6%
B	Lucro	0.92%	10.00%	5.80%	6%

UNIFORME MASCULINO E FEMININO			Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH Complexo Hospitalar Universitário da UFPA/EBSEH REF.: EDITAL - SEI Nº PREGÃO 80/2022 REPUBLICAÇÃO /2022 (UASG 155909)	UASG 925611 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARA; Pregão Nº 00031/2022 ; Empresa : O S SERVICOS DE VIGILANCIA EIRELI; Data de Homologação do Pregão Eletrônico: 14/12/2022	Nº Pregão: 122022 / UASG: 928228 / Nº Item: 2; SECRETARIA ESTRATEGICA DE ESTADO DE ARTICULACAO DA CIDADANIA; Adj/Hom:20/10/2022 ; Empresa:BELEM RIO SEGURANCA LTDA	Mediana
Peça	Qtde. Semestral	Quantidade Anual	Valor Mensal por Empregado	Valor Mensal por Empregado	Valor Mensal por Empregado	MEDIANA
Calça	2	4	R\$ 13.33	R\$ 10.11	R\$ 5.33	R\$ 10.11
Camisa de mangas curtas	2	4	R\$ 10.00	R\$ 10.11	R\$ 6.67	R\$ 10.00
Cinto de Nylon ou similar	1	2	R\$ 1.67	R\$ 4.21	R\$ 1.17	R\$ 1.67
Par de Sapatos	1	2	R\$ 8.33	R\$ 10.95	R\$ 6.33	R\$ 8.33
Par de Meias	2	4	R\$ 1.00	R\$ 3.37	R\$ 1.67	R\$ 1.67
Quepe com emblema	1	2	R\$ 1.42	R\$ 2.53	R\$ 1.50	R\$ 1.50
Apito com Cordão		1	R\$ 1.04	R\$ 1.26	R\$ 0.50	R\$ 1.04
capa de chuva		1	R\$ 1.50	R\$ 2.36	R\$ 1.00	R\$ 1.50
Crachá com foto, nome da empresa, dados pessoais do vigilante, inscrição DRT e Certificado.		1	R\$ 0.83	R\$ 0.84	R\$ 0.33	R\$ 0.83
Capa de Colete Balístico		2	R\$ 7.50	R\$ 7.58	R\$ 2.00	R\$ 7.50
Total			R\$ 35.75	R\$ 41.27	R\$ 22.67	R\$ 44.15

Materiais e Equipamentos		Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH Complexo Hospitalar Universitário da UFPA/EBSEH REF.: EDITAL - SEI Nº PREGÃO 80/2022 REPUBLICAÇÃO /2022 (UASG 155909)	UASG 925611 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARA; Pregão Nº 00031/2022 ; Empresa : O S SERVICOS DE VIGILANCIA EIRELI; Data de Homologação do Pregão Eletrônico: 14/12/2022	Nº Pregão: 122022 / UASG: 928228 / Nº Item: 2; SECRETARIA ESTRATEGICA DE ESTADO DE ARTICULACAO DA CIDADANIA; Adj/Hom:20/10/2022 ; Empresa:BELEM RIO SEGURANCA LTDA	Mediana
Discriminação	Quantidade anual para os 5(cinco) Postos.	Valor Mensal	Valor Mensal	Valor Mensal	MEDIANA
Revolver Calibre 38	4	R\$ 4.71	R\$ 13.47	R\$ 22.86	R\$ 13.47
Munição Calibre 38	48	R\$ 1.66	R\$ 2.51	R\$ 4.11	R\$ 2.51
Colete Balístico à prova de balas de uso permitido para vigilantes que trabalhem portando arma de fogo, para proteção do tronco contra riscos de origem mecânica.	4	R\$ 2.29	R\$ 5.41	R\$ 2.44	R\$ 2.44
Cassetete	4	R\$ 0.24	R\$ 1.20	R\$ 0.67	R\$ 0.67
Cinto de Guarnição completa, com coldre, porta cassetete, suporte para rádio de comunicação, porta munição etc.	14	R\$ 1.37	R\$ 3.79	R\$ 0.30	R\$ 1.37
Sistema de comunicação por rádio ou similar entre os vigilantes	4	R\$ 2.00	R\$ 28.57	R\$ 21.43	R\$ 21.43
Lanterna com pilhas ou bateria recarregavel	4	R\$ 1.27	R\$ 1.32	R\$ 1.10	R\$ 1.27
Livro de ocorrências	12	R\$ 0.71	R\$ 1.44	R\$ 1.57	R\$ 1.44
Total		R\$ 14.25	R\$ 57.73	R\$ 54.47	R\$ 44.61

Custo de Reposição do Profissional residente Nas Férias

Descrição	Vigilante Diurno	Vigilante Noturno	Encarregado Diurno	Encarregado Noturno
Salário	R\$ 184.44	R\$ 227.17	R\$ 259.00	R\$ 319.08
13º Terceiro Salario, Férias e 1/3 de Férias	R\$ 35.85	R\$ 44.16	R\$ 50.35	R\$ 62.03
Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.	R\$ 81.07	R\$ 99.85	R\$ 113.84	R\$ 140.25
Seguro de Vida	R\$ 1.13	R\$ 1.13	R\$ 1.13	R\$ 1.13
Dia do Vigilante	R\$ 0.84	R\$ 0.84	R\$ 1.18	R\$ 1.18
Combate a vigilância clandestina	R\$ 0.17	R\$ 0.17	R\$ 0.17	R\$ 0.17
Provisão para Rescisão	R\$ 13.11	R\$ 16.15	R\$ 18.41	R\$ 22.68
Uniformes	R\$ 3.68	R\$ 3.68	R\$ -	R\$ -
Total	R\$ 320.28	R\$ 393.14	R\$ 444.06	R\$ 546.51

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/03/2018 | Edição: 45 | Seção: 1 | Página: 46-47-61

Órgão: Ministério da Integração Nacional/Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO N° 20, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de Janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, II, do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, publicado no DOU de 30/06/2014 e o art. 10, II do Regimento Interno desta Autarquia; e

Considerando o disposto no processo nº 59004.000345/2014-80, resolve:

Art. 1º - Aprovar a Política de Segurança da Informação e das Comunicações - POSIC e seus anexos I e II, dispondo sobre o manuseio, tratamento, controle e a proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos na SUDAM.

Art. 2º - O objetivo consiste em estabelecer mecanismos e controles para garantir a efetiva proteção dos dados, informações e conhecimentos gerados e a redução dos riscos de ocorrência de perdas, alterações e acessos indevidos, preservando a disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade das informações na SUDAM.

Parágrafo único. A POSIC obedecerá aos princípios constitucionais, administrativos e ao arcabouço legislativo vigente que rege a Administração Pública Federal.

Art. 3º - Para fins dessa Política, considera-se.

I - Acesso: possibilidade de consulta ou reprodução de documentos e arquivos;

II - Agente Público: aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, à SUDAM;

III - Ameaça: conjunto de fatores externos ou causa potencial de um incidente indesejado, que pode resultar em dano para um sistema ou organização;

IV - Ativo: qualquer bem, tangível ou intangível, que tenha valor para a organização;

V - Ativo da Informação: os meios de armazenamento, transmissão e processamento, os sistemas de informação, bem como os locais onde se encontram esses meios e as pessoas que a eles têm acesso;

VI - Ativo Sigiloso: qualquer bem tangível ou intangível que possa conter informações sigilosas que, se acessadas por pessoas não autorizadas, podem causar danos significativos à organização;

VII - Autenticação: ato de comprovar que um objeto ou pessoa é realmente verdadeiro (a) e autêntico (a).

VIII - Autenticidade: propriedade que define se a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, ou por um determinado sistema, órgão ou entidade;

IX - Ciclo de vida da informação: compreende as fases de criação, manuseio, armazenamento, transporte e descarte da informação, considerando sua autenticidade, confidencialidade, integridade e disponibilidade;

X - Classificação da informação: grau de sigilo dado à informação, documento, material, área ou instalação;

XI - Colaborador: pessoa que presta serviço em razão de contratos administrativos firmados na forma da Lei e, no que couber, no relacionamento com outros órgãos públicos ou entidades privadas na celebração de parcerias, acordos de cooperação de qualquer tipo, convênios e termos congêneres;

XII - Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações da SUDAM (CSIC): grupo de servidores com a responsabilidade de assessorar a implementação das ações de segurança da informação e comunicações no âmbito da SUDAM;

XIII - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da SUDAM (CETIC) - grupo de servidores com a responsabilidade de estabelecer as políticas e diretrizes de tecnologia da informação alinhadas às estratégicas da SUDAM;

XIV - Confidencialidade: garantia de que somente pessoas/órgãos ou sistemas autorizados tenham acesso às informações transmitidas ou mantidas em redes ou sistemas de comunicação;

XV - Contingência: descrição de medidas a serem tomadas por uma organização, incluindo a ativação de processos manuais, para fazer com que seus processos vitais voltem a funcionar plenamente, ou num estado minimamente aceitável, o mais rápido possível, evitando assim uma paralisação prolongada que possa gerar maiores prejuízos;

XVI - Controle de Acesso: conjunto de procedimentos, recursos e meios utilizados com a finalidade de conceder ou bloquear o acesso;

XVII - Cópia de Segurança: copiar dados em meio separado do original, de forma a protegê-los de qualquer eventualidade;

XVIII - Credenciais ou contas de acesso: permissões, concedidas por autoridade competente após o processo de credenciamento, que habilitam determinada pessoa, sistema ou organização ao acesso. A credencial pode ser física como crachá, cartão e selo ou lógica como identificação de usuário e senha;

XIX - Criptografia: é o estudo dos princípios e técnicas pelas quais a informação pode ser transformada da sua forma original para outra ilegível, de forma que possa ser conhecida apenas por seu destinatário (detentor da chave criptográfica);

XX - Dado: informação preparada para ser processada, operada e transmitida por um sistema ou programa de computador;

XXI - Disponibilidade: propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda da Administração;

XXII - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR): grupo com a responsabilidade de receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores;

XXIII - Evento: ocorrência identificada em um sistema, serviço ou rede que indica uma possível violação da política de segurança da informação ou falha de controles, ou uma situação previamente conhecida que possa ser relevante para a segurança da informação;

XXIV - Gestão de Continuidade de Negócios: processo de gestão global que identifica as potenciais ameaças para uma organização e os impactos causados nas operações da instituição caso se concretizem. Fornece e mantém um nível aceitável de serviço face às rupturas e desafios à operação normal do dia-a-dia;

XXV - Gestão de Segurança da Informação e das Comunicações: conjunto de processos que permite identificar e implementar as medidas de proteção necessárias para minimizar ou eliminar os riscos aos quais os seus ativos de informação estão sujeitos, equilibrando-os com os custos operacionais e financeiros envolvidos;

XXVI - Gestor da Informação ou Custodiante do ativo da informação: pessoa física ou unidade da SUDAM que detém a posse, mesmo que transitória, de informação produzida ou recebida pela Instituição, cuja a responsabilidade consiste em administrar e proteger as informações geradas em seu processo de trabalho e/ou sistemas de informação relacionados às suas atividades;

XXVII - Gestor de Segurança da Informação e das Comunicações: é responsável pelas ações de segurança da informação e das comunicações no âmbito da SUDAM, designado formalmente pelo Superintendente;

XXVIII - Grau de sigilo: gradação de segurança atribuída a dados, informações, área ou instalação considerados sigilosos em decorrência de sua natureza ou conteúdo;

XXIX - Hardware: parte física do computador, formada por componentes eletrônicos.

XXX - Incidente de segurança: indício de fraude, sabotagem, desvio, falha, perda ou evento indesejável ou inesperado que tenha probabilidade de comprometer sistemas de informação ou de redes de computadores;

XXXI - Incidentes de segurança críticos: ataques de alto risco ou possíveis comprometimentos. Uma ação imediata é necessária para abrandar o impacto destes incidentes de segurança;

XXXII - Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XXXIII - Informações críticas: informações de extrema importância para a sobrevivência da instituição;

XXXIV - Informação sigilosa: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

XXXV - Perfil de acesso: conjunto de atributos de cada usuário, definidos previamente como necessários para credencial de acesso;

XXXVI - Plano de Continuidade de Negócios: documentação dos procedimentos e informações necessárias para que a SUDAM mantenha seus ativos de informação críticos e a continuidade de suas atividades críticas em local alternativo, num nível previamente definido, em casos de incidentes;

XXXVII - Quebra de segurança: ação ou omissão, intencional ou acidental, que resulta no comprometimento da segurança da informação e das comunicações;

XXXVIII - Redes Computacionais: conjunto de equipamentos interligados com o objetivo de permitir a troca de dados entre computadores e a partilha de recursos de hardware e software;

XXXIX - Segurança da Informação e das Comunicações: ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

XL - Senha ou palavra-chave: é uma palavra ou uma ação secreta previamente convencionada entre duas partes como forma de reconhecimento, sendo amplamente utilizadas em sistemas de computação para autenticar usuários e permitir-lhes o acesso a informações personalizadas armazenadas no sistema;

XLI - Sigilo: segredo de conhecimento restrito a pessoas credenciadas e protegido contra revelação não autorizada;

XLII - Sistema de Segurança da Informação: proteção de um conjunto de dados, no sentido de preservar o valor que possuem para um indivíduo ou uma organização. São características básicas da segurança da informação os atributos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, não estando esta restrita a sistemas computacionais, informações eletrônicas ou sistemas de armazenamento;

XLIII - Software: programa de computador desenvolvido para executar um conjunto de ações previamente definidas;

XLIV - Termo de Compromisso: termo assinado pelo representante legal da empresa contratada, concordando em dar ciência a todos os seus funcionários, por ocasião de seu ingresso nas dependências da instituição, sobre a Política de Segurança da Informação e das Comunicações da SUDAM e suas Normas Complementares;

XLV - Termo de Responsabilidade: termo assinado pelo usuário concordando em contribuir com a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações que tiver acesso, bem como assumir responsabilidades decorrentes de tal acesso;

XLVI - Tratamento da informação: recepção, produção, reprodução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento, eliminação e controle da informação, inclusive as sigilas;

XLVII - Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes Computacionais: serviço que consiste em receber, filtrar, classificar e responder às solicitações e alertas e realizar as análises dos incidentes de segurança, procurando extrair informações que permitam impedir a continuidade da ação maliciosa e também a identificação de tendências;

XLVIII - Usuários: servidores, colaboradores, consultores, auditores e estagiários que obtiveram autorização do responsável pela área interessada para acesso aos Ativos de Informação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, formalizada por meio da assinatura do Termo de Responsabilidade;

XLIX - Vulnerabilidade: conjunto de fatores internos ou causa potencial de um incidente indesejado, que podem resultar em risco para um sistema ou organização, os quais podem ser evitados por uma ação interna de segurança da informação.

Art. 4º - Além dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública Federal, são princípios da POSIC:

I - Responsabilidade: os agentes públicos devem conhecer e respeitar a POSIC da SUDAM e devem ser responsabilizados pelos atos que comprometem a segurança da informação;

II - Integridade: garante a inviolabilidade das informações produzidas ou recebidas com intuito de protegê-las contra alteração, gravação ou exclusão acidental ou proposital;

III - Publicidade: transparência das informações públicas, observados os critérios legais;

IV - Celeridade: as ações de segurança da informação e das comunicações devem oferecer respostas rápidas a incidentes e falhas de segurança;

V - Clareza: as regras de segurança da informação e das comunicações devem ser precisas, concisas e de fácil entendimento.

Art. 5º - São Preceitos da POSIC:

I - Auditabilidade: todos os eventos significantes de sistemas e processos devem ser rastreáveis até o evento inicial;

II - Controles automáticos: sempre que possível, os controles de segurança automáticos deverão ser utilizados;

III - Defesa em profundidade: controles devem ser desenhados em camadas de tal forma que quando uma camada de controle falhar haja um tipo diferente de controle em outra camada para prevenir a brecha de segurança;

IV - Exceção aprovada: exceções à POSIC deverão sempre ter aprovação da Diretoria Colegiada;

V - Menor privilégio: usuários e sistemas devem ter a menor autoridade e o mínimo acesso aos recursos necessários para realizar uma dada tarefa;

VI - Mínima dependência de segredos: os controles deverão ser efetivos ainda que a ameaça saiba de suas existências e como eles funcionam;

VII - Resiliência: os sistemas e processos devem ser projetados para que possam resistir ou se recuperar dos efeitos de um desastre;

VIII - Segregação de função: funções de planejamento, execução e controle devem ser segregadas de forma a reduzir oportunidades de modificação, uso indevido, não autorizado ou não intencional dos ativos; e

IX - Substituição da segurança em situações de emergência: controles somente devem ser desconsiderados de formas predeterminadas e seguras. Devem sempre existir procedimentos e controles alternativos para minimizar o nível de risco em situações de emergência.

Art. 6º - São Diretrizes Gerais da POSIC:

I - Organização da Segurança da Informação:

a) A Política da Segurança da Informação e das Comunicações, ficará disponível permanentemente nos canais de comunicação interno e externo da SUDAM a todos os usuários após sua publicação;

b) Todos os mecanismos de proteção utilizados para a segurança da informação deverão ser mantidos para preservar a continuidade do negócio (regular exercício das funções institucionais);

c) O cumprimento dessa política, bem como das normas complementares e procedimentos de segurança da informação na SUDAM deverão ser auditados periodicamente, de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações (CSIC);

d) A SUDAM deverá criar e manter registros e procedimentos, como trilhas de auditoria que possibilitem o rastreamento, acompanhamento, controle e verificação de acessos aos sistemas corporativos e a sua rede interna;

e) As medidas de proteção deverão ser planejadas e os gastos na aplicação de controles deverão ser compatíveis com valor do ativo protegido;

f) O acesso às informações e sistemas dependerá da apresentação de identificador único, pessoal, intransferível e com validade estabelecida, que permita de maneira clara e indiscutível o seu reconhecimento;

g) A classificação deverá ser respeitada durante todo o ciclo de vida da informação, ou seja, criação, manutenção, armazenamento, transporte e descarte;

h) Todas as regras corporativas sobre uso de internet e intranet visam basicamente ao desenvolvimento de um comportamento eminentemente ético e profissional. Embora a conexão direta e permanente da rede corporativa da instituição com a internet ofereça um grande potencial de benefícios, a proteção dos ativos de informação da SUDAM deverá sempre ser privilegiada;

i) O correio eletrônico é uma ferramenta disponível e obrigatória para todos os servidores da SUDAM e deverá ser usado para fins exclusivamente corporativos e relacionados às atividades do usuário no âmbito da autarquia; e

j) De forma a promover a gestão dos ativos de informação e fomentar os aspectos de segurança, a SUDAM deverá instituir normas complementares que estabeleçam procedimentos, processos e mecanismos que garantam o controle de acesso às informações, instalações e sistemas de informação, observadas por todos os usuários.

II - Recursos Humanos:

a) Todos os usuários da SUDAM e demais agentes públicos ou particulares que, oficialmente, executem atividade vinculada à atuação desta autarquia e tenham acesso aos ativos da informação, deverão assinar Termo de Responsabilidade (Anexo A) quanto às informações e conhecimentos da SUDAM, o qual deverá conter todos os requisitos de segurança da informação;

b) Toda informação produzida ou recebida pelos usuários ou agentes públicos, por ocasião da função exercida e/ou atividade profissional contratada, pertence à SUDAM. As exceções deverão ser explícitas e formalizadas entre as partes;

c) As responsabilidades pela segurança da informação deverão ser definidas nos termos e condições das contratações que envolvam o manuseio de dados, informações ou conhecimentos da SUDAM;

d) Todos os usuários deverão ser conscientizados e treinados nos procedimentos de segurança da informação;

e) Todo agente público deverá ser capaz de identificar a classificação atribuída a uma informação custodiada ou de propriedade da SUDAM e, a partir dela, conhecer e obedecer às restrições de acesso e divulgação associadas;

f) O controle operacional de uma atividade crítica não poderá ser atribuição exclusiva de uma única pessoa;

g) Em caso de afastamento, mudança de responsabilidades e de unidade ou de atribuições dentro da organização, far-se-á necessária a revisão imediata dos direitos de acesso e uso dos ativos;

h) Quando da efetivação do desligamento de usuário, deverão ser extintos todos os direitos de acesso e uso dos ativos a ele atribuídos;

i) Todo ativo produzido pelo usuário no exercício de sua função deverá ser mantido pela SUDAM, garantindo o reconhecimento e o esclarecimento da propriedade do acervo para a Instituição; e

j) A conta de acesso é sigilosa, pessoal, intrasferível e de responsabilidade exclusiva do usuário.

III - Gestão de Riscos:

a) As diretrizes gerais do processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações da SUDAM deverão considerar, prioritariamente, os objetivos estratégicos, os processos, os requisitos legais e a estrutura do órgão, direta e indireta, além de estar alinhadas a esta Política de Segurança da Informação e Comunicação. Esse processo deverá ser contínuo e aplicado na implementação e operação da Gestão de Segurança da Informação, contemplando inclusive as contratações de soluções de TI - para as quais deverá ser elaborado um Plano de Tratamento de Riscos.

IV - Gestão da Continuidade:

a) A SUDAM deverá elaborar e manter o Programa de Gestão de Continuidade de Negócios - PCN, aqui entendido como o "processo contínuo de gestão e governança suportado pela alta direção e que recebe recursos apropriados para garantir que os passos necessários estão sendo tomados de forma a identificar o impacto de perdas em potencial, manter estratégias e planos de recuperação viáveis e garantir a continuidade de fornecimento de produtos e serviços por intermédio de análises críticas, testes, treinamentos e manutenção".

b) O Programa de Gestão de Continuidade de Negócios da SUDAM deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes Planos, de acordo com as suas necessidades específicas, de forma a assegurar a disponibilidade dos ativos de informação e a recuperação das atividades críticas:

b.1) Plano de Gerenciamento de Incidentes (PGI): plano de ação claramente definido e documentado, a ser usado quando ocorrer um incidente, abrangendo as principais pessoas, recursos, serviços e ações necessárias para implementar o PGI.

b.2) Plano de Continuidade de Negócios (PCN): documentação dos procedimentos e informações necessárias para que a SUDAM mantenha seus ativos de informação críticos e a continuidade de suas atividades críticas em local alternativo, num nível previamente definido, em casos de incidentes.

b.3) Plano de Recuperação de Negócios (PRN): documentação dos procedimentos e informações necessárias para que a SUDAM operacionalize o retorno das atividades críticas à normalidade.

c) Os planos acima definidos deverão ser testados e revisados periodicamente, visando a reduzir riscos de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos de informação.

d) Para subsidiar a elaboração de seu PCN, a SUDAM deverá definir quais são suas atividades críticas, ou seja, quais devem ser executadas de forma a garantir a consecução dos produtos e serviços fundamentais do órgão, de tal forma que permitam atingir os seus objetivos mais críticos.

e) Os procedimentos previstos no PCN deverão ser executados em conformidade com os requisitos de segurança da informação e comunicações necessários à proteção dos ativos de informação críticos, tratando as atividades de forma abrangente, incluindo as pessoas, processos, infraestrutura e recursos de tecnologia da informação e comunicações.

V - Tratamento de incidentes em redes computacionais:

a) As diretrizes específicas e procedimentos próprios relacionados ao tratamento de incidentes em redes computacionais deverão ser fixados em norma complementar, considerando:

a.1) Todos os incidentes notificados ou detectados deverão ser registrados, com a finalidade de assegurar registro histórico das atividades desenvolvidas.

a.2) O tratamento do incidente deverá ser realizado de forma a viabilizar e assegurar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação, observada a legislação em vigor, naquilo que diz respeito ao estabelecimento de graus de sigilo.

a.3) O Gestor de Segurança da Informação, ou os membros do Comitê de SIC, terá como dever durante o gerenciamento de incidentes de segurança em redes de computadores, acionar as autoridades policiais competentes para a adoção dos procedimentos legais que julgar necessários, observando os

procedimentos para preservação das evidências, exigindo consulta às orientações sobre cadeia de custódia, e priorizando a continuidade dos serviços da SUDAM, sem prejuízo de suas demais atribuições, quando houver ilícito(s) criminal(is).

Art. 7º Compete às unidades:

I - Diretoria Colegiada - DICOL

a) Prover apoio às unidades da SUDAM para o cumprimento da POSIC;

b) Assegurar que a implementação dos controles de segurança da informação tenha uma coordenação e permeie toda a organização; e

c) Assegurar os recursos necessários para a implementação e gestão da POSIC da SUDAM; e

d) Instituir o Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações - CSIC.

II - Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações - CSIC

a) Assessorar a SUDAM na implementação das ações de segurança da informação e das comunicações;

b) Elaborar e submeter à Diretoria Colegiada propostas de normas e políticas de uso dos recursos de informação, tais como:

b.1) gerenciamento de identidade e controle de acesso lógico;

b.2) controle de acesso físico;

b.3) controle de acesso à Internet;

b.4) utilização do correio eletrônico;

b.5) utilização de equipamentos de tecnologia da informação e das comunicações;

b.6) utilização de programas e aplicativos;

b.7) utilização de armazenamento lógico;

b.8) monitoração e auditoria de recursos tecnológicos; e

b.9) contingência e continuidade dos serviços de tecnologia da informação e das comunicações.

c) Garantir o acesso ao conjunto de documentos da POSIC e suas normas complementares no âmbito da SUDAM;

d) Rever periodicamente a POSIC e normas relacionadas;

e) Dirimir dúvidas e deliberar sobre questões não contempladas na POSIC e normas relacionadas;

f) Propor e acompanhar planos de ação para aplicação da POSIC, assim como campanhas de conscientização dos usuários;

g) Receber e analisar as comunicações de descumprimento das normas referentes à POSIC, apresentando parecer à Diretoria Colegiada para deliberação;

h) Propor a constituição de grupos de trabalho para tratar de temas específicos ao Superintendente;

i) Eleger o Gestor de Segurança da Informação, submetendo-o ao Superintendente para designação formal; e

j) Reunir-se periodicamente e quando for necessário.

Parágrafo único. O CSIC será presidido pelo titular da Diretoria de Administração - DIRAD e, em seus afastamentos ou impedimentos, pelo titular da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação - CTI.

III - Gestor de Segurança da Informação e das Comunicações

a) Promover a cultura de segurança da informação e das comunicações no âmbito da SUDAM;

- b) Coordenar a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em redes computacionais;
- c) Acompanhar as investigações e as avaliações dos danos decorrentes de quebras de segurança, determinando aos respectivos gestores as ações corretivas ou de contingência em cada caso;
- d) Identificar e encaminhar os incidentes de segurança classificados como críticos para o Comitê de SIC;
- e) Propor ao Comitê de SIC recursos necessários às ações de segurança da informação;
- f) Propor ao Comitê de SIC modificações à POSIC e normas relativas à segurança da informação e das comunicações;
- g) Acompanhar estudos de novas tecnologias, quanto a possíveis impactos na segurança da informação;
- h) Manter contato permanente e estreito com o Departamento de Segurança da Informação e das Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional - DSIC, para o trato de assuntos relativos à segurança da informação e das comunicações; e
- i) Garantir a guarda dos Termos de Responsabilidade e controle de assinatura de todos os usuários.

IV - Gestores das Unidades Administrativas

- a) Garantir aos colaboradores sob sua gestão, o acesso e cumprimento da POSIC e suas Normas Complementares;
- b) Garantir, caso se aplique, a assinatura do Termo de Responsabilidade (Anexo A) dos colaboradores que atuam no complexo predial da SUDAM em Projetos e/ou Termo de Cooperação externos a instituição, disponibilizando a autarquia quando solicitado; e
- c) Incorporar as diretrizes da POSIC nos processos de trabalho de suas unidades de gestão.

V - Coordenação de Gestão de Pessoas - CGP

- a) Garantir a todos os servidores e estagiários, o conhecimento da POSIC e suas Normas Complementares;
- b) Garantir a assinatura e a guarda do Termo de Responsabilidade (Anexo A) dos servidores e estagiários; e
- c) Comunicar à CTI, imediatamente, os ingressos, desligamentos, afastamentos e as movimentações de servidores e estagiários, com vistas a regularizar o acesso aos ativos da informação.

VI - Gestores de Contratos de Prestação de Serviços

- a) Garantir a assinatura do Termo de Compromisso (Anexo B) do representante legal da empresa;
- b) Garantir ao representante legal da empresa ou seu preposto, o acesso à POSIC e suas Normas Complementares;
- c) Garantir que o representante legal da empresa ou seu preposto dê ciência a todos os funcionários, sobre a POSIC e suas Normas Complementares, por ocasião de seu ingresso nas dependências da SUDAM;
- d) Garantir que o representante legal da empresa ou seu preposto encaminhe a cientificação disposta no subitem acima, para a devida guarda; e
- e) Comunicar à CTI, imediatamente, os ingressos, desligamentos, substituição de posto de serviço e as movimentações dos funcionários das empresas, com vistas a regularizar o acesso aos ativos da informação.

VII - Instituições que atuam no complexo predial da SUDAM e utilizam seus recursos de tecnologia da informação

- a) Garantir a todos os seus usuários, o conhecimento do conjunto de documentos atualizados que compõem a POSIC e suas Normas Complementares;

b) Garantir a assinatura do Termo de Responsabilidade (Anexo A) dos usuários, disponibilizando à SUDAM quando solicitado; e

c) Comunicar à CTI, imediatamente, os ingressos, desligamentos, afastamentos e as movimentações dos usuários, com vistas a regularizar o acesso aos ativos da informação.

VIII - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR)

a) Realizar ações reativas de tratamento dos incidentes após serem notificados;

b) Reduzir/eliminar os efeitos dos incidentes o mais rápido possível;

c) Buscar as causas, danos e responsáveis pelos incidentes ocorridos; e

d) Analisar e documentar as evidências do incidente e o tratamento adotado em resposta aos incidentes, enviando o Relatório de Tratamento de Incidentes ao Gestor de Segurança da Informação e Comunicações.

IX - Gestor da Informação

a) Manter os processos sob sua responsabilidade aderentes às políticas, normas e procedimentos específicos de segurança da informação da SUDAM, tomando as ações necessárias para cumprir tal responsabilidade;

b) Garantir a segurança da informação sob sua posse, conforme os critérios definidos pelo respectivo gestor da informação;

c) Tratar e atribuir nível de classificação das informações sob sua responsabilidade;

d) Comunicar tempestivamente ao Gestor de Segurança da Informação e das Comunicações sobre situações que comprometam a segurança das informações sob custódia;

e) Comunicar eventuais limitações para cumprimento dos critérios definidos para segurança da informação, ao Gestor de Segurança da Informação e das Comunicações, para que este decida quanto à cessão ou não da informação.

f) Solicitar à Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação que conceda ou revogue acessos aos usuários para as informações sob sua responsabilidade;

Art. 8º - As unidades apresentadas abaixo, de acordo com suas competências, deverão manter um processo permanente de divulgação das normas e procedimentos, bem como capacitar, conscientizar e sensibilizar os usuários à correta conduta da utilização desta POSIC:

a) ASCOM - Assessoria de Comunicação;

b) AGI - Assessoria de Gestão Institucional;

c) CGP - Coordenação de Gestão de Pessoas; e

d) CTI - Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação.

Art. 9º - O descumprimento das determinações da POSIC e suas Normas Complementares caracteriza infração funcional e sujeita o infrator às sanções administrativas, civis e penais, previstas na legislação pertinente e nos regulamentos internos da SUDAM, assegurados aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 10 - Os casos omissos e as dúvidas com relação a essa POSIC e suas Normas Complementares serão submetidos ao Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações da SUDAM.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA

Superintendente

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS

Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

MARGARETH DOS SANTOS ABDON

Diretora de Administração

CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY

Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Número da Política	Versão	Versão	Folha
001/2017	12/09/2017	06	21 de 22



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ANEXO A - TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, eu _____, CPF _____ e lotado no (a) _____ da SUDAM, DECLARO, sob pena das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, que assumo a responsabilidade por:

- I. Prestar total obediência à Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC) da SUDAM e suas Normas Complementares vigentes ou que venham a ser implantadas a qualquer tempo no âmbito desta Superintendência;
- II. Tratar o(s) ativo(s) de informação como patrimônio da SUDAM;
- III. Utilizar as informações em qualquer suporte sob minha custódia, exclusivamente, no interesse do serviço da SUDAM;
- IV. Contribuir para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações, conforme descrito na Instrução Normativa nº 01, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 13 de junho de 2008, que Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta;
- V. Utilizar as credenciais ou contas de acesso e os ativos de informação em conformidade com a legislação vigente e normas específicas da SUDAM;
- VI. Responder, perante a SUDAM, pelo uso indevido das minhas credenciais ou contas de acesso e dos ativos de informação.

Local, _____ de _____ de _____

Assinatura

Número da Política	Versão	Versão	Folha
001/2017	12/09/2017	06	22 de 22



SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento, eu _____, CPF n° _____, RG n° _____, representante legal da empresa _____, CNPJ n° _____ que, em razão do CONTRATO N.º NNNN/AAAA, celebrado com esta autarquia, DECLARO, sob pena das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente relacionadas à segurança da informação, que assumo a responsabilidade por:

- I. Dar ciência aos empregados, representantes, agentes e subcontratados, que estiverem sob a minha responsabilidade, independentemente do tipo e da duração de seus contratos de trabalho, os princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC) da SUDAM e suas Normas Complementares, por ocasião de seu ingresso nas dependências da SUDAM;
- II. Encaminhar ao Gestor do Contrato, para a devida guarda, cópia dos Termos de Responsabilidade assinados pelos colaboradores que prestam serviço na SUDAM; e
- III. Comunicar ao Gestor do Contrato, os ingressos, desligamentos, substituição de posto de serviço e as movimentações dos empregados, representantes, agentes e subcontratados, que estiverem sob a minha responsabilidade, com vistas a regularizar o acesso aos ativos da informação da SUDAM;

_____de _____de _____

Assinatura

Anexo IV

TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representado pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, ã(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandising é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT ó Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

õ8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçadas, e combater

pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.õ

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

a) ó Serviços de limpeza; b) ó Serviços de conservação; c) ó Serviços de segurança, de vigilância e de portaria; d) ó Serviços de recepção; e) ó Serviços de copeiragem; f) ó Serviços de reprografia; g) ó Serviços de telefonia; h) ó Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; i) ó Serviços de secretariado e secretariado executivo; j) ó Serviços de auxiliar de escritório; k) ó Serviços de auxiliar administrativo; l) ó Serviços de office boy (contínuo); m) ó Serviços de digitação; n) ó Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas; o) ó Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante; p) ó Serviços de ascensorista; q) ó Serviços de enfermagem; e r) ó Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro ó O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo ó As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas õaõ a õrõ da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo ó Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora/contratada do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta - A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta - A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

Anexo V

MODELO DE DECLARAÇÃO INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

_____ (nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____, (nº de inscrição), (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____, para fins do disposto no Edital e anexos, em cumprimento ao disposto no item 10.6, ~~da~~ do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017, DECLARA que instalará escritório em Belém do Pará, ou na Região Metropolitana de Belém - PA, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

_____, _____ de _____ de 2018.

(assinatura do representante legal)

Observação: Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a manutenção, no mínimo, de um escritório, em cumprimento ao disposto ao disposto no item 10.6, ~~da~~ do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017.

Anexo VI

MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

1. Pela presente, o (a) (nome da instituição fiadora) com sede em (endereço completo), por seus representantes legais infra-assinados, declara que se responsabiliza como FIADOR e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 827, do Código Civil Brasileiro, da empresa (nome da empresa), com sede em (endereço completo), até o limite de R\$ (valor da garantia) (valor por escrito) para efeito de garantia à execução do Contrato nº (número do contrato, formato xx/ano), decorrente do processo licitatório (modalidade e número do instrumento convocatório da licitação ó ex.: PE nº 03/2014), firmado entre a AFIANÇADA e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para (objeto da licitação).

2. A fiança ora concedida visa garantir o cumprimento, por parte de nossa AFIANÇADA, de todas as obrigações estipuladas no contrato retromencionado, abrangendo o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO À CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e/ou trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

3. Esta fiança é válida por (prazo, contado em dias, correspondente à vigência do contrato) (valor por escrito) dias, contados a partir de (data de início da vigência do contrato), vencendo-se, portanto em (data).

4. Na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela AFIANÇADA, o (a) (nome da instituição fiadora) efetuará o pagamento das importâncias que forem devidas, no âmbito e por efeito da presente fiança, até o limite acima estipulado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de comunicação escrita do Tribunal de Contas da União.

5. A comunicação de inadimplemento deverá ocorrer até o prazo máximo de 90 (dias) após o vencimento desta fiança.

6. Nenhuma objeção ou oposição da nossa AFIANÇADA será admitida ou invocada por este FIADOR com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este instrumento perante o Tribunal de Contas da União.

7. Obriga-se este FIADOR, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese do Tribunal de Contas da União se ver compelido a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente fiança.

8. Se, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de vencimento desta fiança, o (a) (nome da instituição fiadora) não tiver recebido do Tribunal de Contas da União qualquer comunicação relativa a inadimplemento da AFIANÇADA, ou termo circunstanciado de que a AFIANÇADA cumpriu todas as cláusulas do contrato, acompanhado do original desta Carta de Fiança, esta fiança será automaticamente extinta, independentemente de qualquer formalidade, aviso, notificação judicial ou extrajudicial, deixando, em consequência, de produzir qualquer efeito e ficando o FIADOR exonerado da obrigação assumida por força deste documento.

9. Declara, ainda, este FIADOR, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

10. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

(Local e data)

(Instituição garantidora)

(Assinaturas autorizadas)

Anexo VII

AUTORIZAÇÃO PARA RETENÇÃO NA FATURA; DEPÓSITO DIRETO DO FGTS E PAGAMENTO DIRETO DOS SALÁRIOS

_____(NOME DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, como representante devidamente constituído da licitante (Nome da empresa) _____, para fins do disposto no edital de Pregão Eletrônico nº _____, em cumprimento ao disposto no item ANEXO VII - B da IN 05/2017 SEGES/MPDG, AUTORIZA a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, CNPJ nº 09.203.665/0001-77, a Fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2018.

(assinatura do representante legal da licitante e cargo)

Observação:

Esta autorização deverá ser assinada pela licitante vencedora na assinatura do Contrato.

Anexo VIII

AUTORIZAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA VINCULADA EM NOME DA EMPRESA

_____ (NOME DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, como representante devidamente constituído da licitante (Nome da empresa) _____, para fins do disposto no edital de Pregão Eletrônico nº _____, em cumprimento ao disposto no item ANEXO VII - B da IN 05/2017 SEGES/MPDG, AUTORIZA a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, CNPJ nº 09.203.665/0001-77, situada na Tv. Antônio Baena, 1113 – Marco, durante todo o período da vigência do contrato nº/2018, a solicitar junto a Instituição Bancária Oficial a ser oportunamente nominada, a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, exceto quando autorizada pela SUDAM, em nome desta empresa, com a finalidade de depositar mensalmente os valores correspondentes as provisões previstas no edital de Pregão Eletrônico nº 07/2018.

_____, ____ de _____ de 2018.

(assinatura do representante legal da licitante e cargo)

Observação:

Esta autorização deverá ser assinada pela licitante vencedora na assinatura do Contrato.

Anexo IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA
PRIVADA E COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaramos que a empresa _____, inscrita no
CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa
privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS TENS 16 E 26 DA ALÍNEA 6 DO SUBITEM 11.1 DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A DA IN Nº 05/2017

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. A licitante deverá informar todos os contratos vigentes.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2021

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM E O BANCO BRASIL S/A, VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO “DEPÓSITO EM GARANTIA”, VINCULADO A OBRIGAÇÕES, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SG/MP Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

A UNIÃO, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA-SUDAM, com sede na Travessa Antônio Baena, 1113, na cidade de Belém, Bairro do Marco, Estado do Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.203.665/0001-77, neste ato representado por seu Diretor de Administração, Senhor Rogério Matos dos Santos, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 064075533-6, expedida pelo MEX RJ e do CPF 981.055.077-49, nomeado para o exercício do Cargo de Diretor da Diretoria de Administração da SUDAM, pela Portaria nº 1721, de 18 de junho de 2020, publicado no DOU nº 116, de 19 de junho de 2020, seção 2, Pág. 12, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, e o **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, estabelecido no Setor Autarquias Norte, quadra 5, Lote B, Torre 1, Brasília – DF, CEP.700409-12, Agência Setor Público Pará, neste ato representado pelo seu Gerente Geral Sr. Luiz Cláudio Sales Santos da Silva, casado, C.N.H. nº 00263685905, órgão expedidor DETRAN/PA, CPF nº 330.821.622-15, doravante denominado **BANCO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para gerenciamento de depósitos para Garantias de Contratos Administrativos, nos termos da Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores, por meio do denominado **DEPÓSITO EM GARANTIA**, e das demais normas pertinentes, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por **CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho.

- 2. Prestador de Serviços** - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
- 3. Rubricas** - itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
- 4. Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** – são depósitos efetuados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a título de garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras a serem provisionados às empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra na forma da Instrução Normativa/SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
- 5. Contratos** – instrumento formalizador do vínculo entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços** materializado pelo sistema do **BANCO** por um “Evento” o qual possibilita à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** a individualização dos depósitos e a gestão de cada contrato.
- 6. Evento** - é a representação no sistema do **BANCO** do Contrato entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o **Prestador de Serviços**, onde é abrigado o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
- 7. Usuário(s)** - servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
- 8. Administração Pública Federal** - Administração Direta e Indireta da União, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.
- 9. ID Depósito:** é o número que identifica o pré-cadastramento do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, que dará origem ao depósito após o envio dos recursos pelo depositante.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, destinado a abrigar os recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, bem como viabilizar o acesso da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aos saldos e extratos de todos os “Eventos”.

- 1. Os Contratos** firmados entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e a empresa terceirizada serão albergados pelo **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
- 2. O Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** será destinado, exclusivamente, para recebimento dos recursos provisionados de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.



3. Os recursos depositados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** serão individualizados em Eventos específicos, abertas para cada contrato administrativo firmado com seus prestadores de serviços.
4. A movimentação ou encerramento do Depósito em Garantia se dará unicamente mediante ordem expressa da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e eventual saldo existente será debitado visando à destinação definida pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
5. Os recursos provisionados em **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** - serão corrigidos automaticamente, pelo **BANCO**, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança, na forma pró-rata die, ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, captação e movimentação dos recursos dar-se-á conforme o fluxo operacional a seguir:

- 1º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** firma o **Contrato** com o **Prestador de serviços**.
- 2º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de Despesas ou do servidor previamente designado por este, envia ao **BANCO** ofício, na forma do Anexo I do presente Termo, solicitando o cadastramento de Evento específico para acolhimento do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, que serão efetuados como provisionamento, em cumprimento ao que determina a Instrução Normativa SG/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e alterações posteriores.
- 3º) Após cadastramento do Evento, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo II, solicitando o comparecimento do **Prestador de Serviços** para assinatura do contrato e entrega de documentação.
- 4º) Após assinatura do contrato pelo **Prestador de Serviços**, o **BANCO** encaminha à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** ofício na forma do Anexo III do presente Termo informando os dados do Evento cadastrado.
- 5º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** gera o ID Depósito na internet no endereço www.bb.com ou o solicita à sua agência de relacionamento.



6º) De posse do ID Depósito, a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** envia ao **BANCO** Ordem Bancária para abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

6.1) Após geração do primeiro ID Depósito, novos depósitos para um mesmo Evento podem ser realizados da seguinte forma:

6.1.1) Para que os recursos sejam depositados no mesmo **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** (depósito em continuação): utilize o ID Depósito do primeiro depósito ou o número do **Depósito em Garantia – bloqueado para movimentação** para geração de novo ID Depósito;

6.1.2) Para que os recursos sejam depositados em **Depósito em Garantia – bloqueados para movimentação** distintos: gere um novo ID Depósito para cada depósito utilizando a opção “primeiro depósito”.

7º) O **BANCO** recebe a Ordem Bancária transmitida via arquivo pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e efetua a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

8º) O **BANCO** envia à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** arquivo retorno em leiaute específico, contendo o número do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.

9º) A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, por meio do Ordenador de despesa ou do servidor previamente designado por este, solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo IV do presente Termo.

10) O **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira efetuada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo V deste Termo.

11) O **BANCO** disponibiliza à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.

CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

À **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do **BANCO**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o **BANCO**, para amparar a utilização do aplicativo Autoatendimento Setor Público para consulta dos saldos/extratos pela internet.
2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, servidores para os quais o **BANCO** concederá acesso aos aplicativos dos sistemas de Autoatendimento, com poderes para efetuarem consultas aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.



3. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando o cadastramento do Evento que abrigará o **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
4. Remeter ao **BANCO** arquivos de Ordem Bancária em leiaute específico, para a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
5. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**.
6. Comunicar ao **Prestador de Serviços**, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, orientando-o a comparecer à Agência do **BANCO**, para providenciar entrega de documentos e assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Autoatendimento do **BANCO**.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Autoatendimento, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.
12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Autoatendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.
16. Inserir no edital de licitação e no contrato de prestação de serviços entre a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e o Prestador de Serviços que a abertura e manutenção de **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**, estão



sujeitos à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências do **BANCO** e disponível no endereço eletrônico na internet: www.bb.com.br, na forma regulamentada pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Único: A isenção da cobrança de tarifas bancárias poderá ser negociada entre os Partícipes.

CLÁUSULA QUINTA

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao **BANCO** compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Autoatendimento à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
2. Gerar e fornecer chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio dos sistemas de Autoatendimento ou por outro meio de comunicação utilizado pelo **BANCO**.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Termo.
5. Processar os arquivos remetidos pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** destinados a abrir **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
6. Gerar e encaminhar via sistema de Autoatendimento, os arquivos retorno do resultado da abertura do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação**.
7. Efetuar a movimentação do **Depósito em Garantia - bloqueado para movimentação** diretamente para a conta do **Prestador de Serviços**, de acordo com o solicitado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.
8. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste Termo.
9. Informar à **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

Parágrafo Único: Não caberá ao **BANCO** qualquer responsabilidade além daquelas expressamente delimitadas neste Termo, ficando desde já ajustado que o **BANCO** não tem ingerência no processo de contratação administrativa de interesse da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e que não decorrerão para o **BANCO** quaisquer obrigações que não estejam previstas neste instrumento.



CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

CLÁUSULA SÉTIMA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo de Aditamento, celebrado entre os Partícipes, passando esse termo a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser rescindido por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação previa da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DEZ DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos

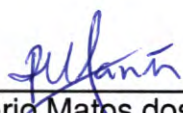


aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de Belém - Pará.


E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Belém - Pará, 27 de setembro de 2021.


Assinatura do representante da
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

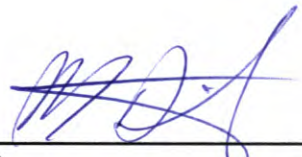

Nome: Rogério Matos dos Santos
CPF: 981.055.077-49

Assinatura do representante do **BANCO**


Nome: Luiz Cláudio Sales Santos da Silva
CPF: 330.821.622-15

TESTEMUNHAS:


Nome:
CPF: 330.381.512-15


Nome:
CPF: 317.980.712-15

Anexo XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Pregão Eletrônico nº. 07/2018

Processo nº 59004/006614/2017-64

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponentes do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, de que atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos casos em que a referida instrução se aplica ao objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do responsável pela empresa
Nome do responsável pela empresa



MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 1417/2018/CGIMA-DIVI/CGIMA/DI/SFC

PROCESSO Nº 00190.106183/2018-13

INTERESSADO: CGIMA

1. ASSUNTO

1.1. Reforma Trabalhista. Jornada de Trabalho 12 x 36 horas. Aplicabilidade da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, aos contratos iniciados antes da vigência e que continuaram em vigor após 11/11/2017, quando passou a ser aplicável a Lei nº 13.467/2017.

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.
- 2.2. Nota Técnica nº 24099/2017-MP, de 05 de janeiro de 2018.
- 2.3. Parecer nº 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, de 14 de maio de 2018.
- 2.4. Orientações expedidas pelo Portal de Compras do Governo Federal.

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

A publicação da Reforma Trabalhista no ano passado, Lei nº 13.467, impactou de forma direta a composição de custos dos serviços terceirizados contratados pela Administração Pública federal, estadual, municipal e distrital.

Posteriormente, foi publicada a Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro, que também promoveu alterações na legislação trabalhista; contudo, perdeu eficácia em 23 de abril de 2018, gerando incertezas quanto à aplicabilidade da Lei nº 13.467/2017 aos contratos celebrados anteriormente a 11 de novembro de 2017, data em que o aludido normativo legal inaugurou seus efeitos. Tal fato se deve à redação inserta em seu Art. 2º, vez que anunciava que o disposto na Lei nº 13.467/2017 se aplicaria, na integralidade, a todos os contratos de trabalho vigentes, inclusive aos celebrados anteriormente ao dia 11 de novembro de 2017.

A Lei nº 13.467/2017 impacta de forma direta os custos dos contratos de serviços terceirizados, em especial o Módulo 1, Composição da Remuneração. Contudo, tem-se observado, a partir da realização de ação de controle voltada para avaliação dos contratos de serviços terceirizados, que muitos órgãos e entidades não efetuaram a revisão de seus contratos de modo a ajustá-los ao novo normativo, evidenciando falha de *compliance*, o que *per se* reveste-se em potencial prejuízo ao Erário, vez que as empresas contratadas não se encontram mais obrigadas a efetuar ao pagamento de determinadas rubricas provisionadas na planilha de custos e formação de preços.

4. ANÁLISE

A Lei nº 13.467/2017 promoveu alteração dos custos das verbas constantes do Módulo 1, Composição da Remuneração, da planilha de custos e formação de preços para os contratos de serviços terceirizados, especialmente naqueles em que é adotada a jornada 12 x 36 horas. Nesse contexto, temos o Adicional Noturno; Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado; e Intervalo Intrajornada. No que tange aos Adicionais Noturno e Hora Extra no Feriado Trabalho, foi realizada consulta pela Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Planejamento e Gestão, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGPLAG/CGU) à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Seges-MP), em que solicitou posicionamento da Secretaria quanto a legalidade em promover-se a revisão contratual frente às repercussões da reforma trabalhista nos contratos de serviços terceirizados prestados com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO).

Em resposta ao Ofício nº 20518/2017/CGPLAG/DG/SFC-CGU, de 21 de novembro de 2017 (SEI 4974960), a Seges expediu a Nota Técnica nº 24099/2017-MP, datada de 05 de janeiro de 2018, em que se concluiu acerca da viabilidade da alteração contratual quando da superveniência de nova legislação alterar a composição da formação dos preços contratados pela Administração, gerando, portanto, a obrigação da revisão contratual por meio de termo aditivo, com fulcro no § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. Posteriormente, em 26 de fevereiro de 2018, no mesmo sentido, o Portal de Compras do Governo Federal expediu orientações sobre os “impactos da reforma trabalhista nos contratos da Administração”. A informação se encontra disponível no endereço <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/orientacoes-e-procedimentos?id=880>

Nesse diapasão, a Lei nº 13.467/2017, por meio do parágrafo único do Art. 59-A, afastou a aplicação das Súmulas 444 e 60 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) nos contratos de serviços terceirizados em regime de jornada 12 x 36 horas ao estabelecer que a remuneração mensal percebida pelo trabalhador abrange, respectivamente, os feriados e as prorrogações de trabalho noturno.

Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único. A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação. (Grifos nossos)

Destarte, deve ser excluído da planilha de custos e formação de preços o provisionamento para o Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado (Súmula 444) e redimensionado o pagamento de Adicional Noturno para o período laborado entre as 22 horas e 5 horas, totalizando 7 horas de trabalho noturno e eliminando, portanto, a prorrogação da jornada no período noturno, ou seja, expurgando o período compreendido entre as 5 e 7 horas estabelecido pela Súmula TST 60, inciso II. Para tanto, considerando que o valor provisionado pela empresa compreende o período de 9 horas (das 22 horas às 7 horas), deve-se ajustar a remuneração do Adicional Noturno na proporção 7/9 do valor atualmente constante da planilha de custos e formação de preços.

Sobre o tema, resumidamente, seria de bom alvitre que as instâncias fiscalizadoras da despesa pública se manifestassem, na brevidade possível, no sentido de que a União deixasse de pagar em dobro para quem trabalha em feriados e também pelo adicional nas prorrogações de trabalho noturno àqueles com jornada compreendida entre 12 horas seguidas de 36 horas de descanso.

A Lei nº 13.467/2017 promoveu alterações, quantitativa e qualitativa, no Intervalo Intra jornada. Em relação ao aspecto quantitativo, de acordo com o § 4º, Art. 71, a não concessão ou a concessão parcial do Intervalo Intra jornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, **implica o pagamento apenas do período suprimido**, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas, caso a Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho assim disponha (Art. 611-A, inciso III). Anteriormente à Reforma Trabalhista, a remuneração a título de Intervalo Intra jornada era referente a totalidade do período do descanso conferido ao empregado, independentemente da parcela suprimida. Consequentemente, os órgãos e entidades devem proporcionalizar o valor previsto atualmente na planilha de custos e formação de preços ao período efetivamente suprimido do descanso do empregado, contudo, observando o limite mínimo conferido para o Intervalo Intra jornada.

Em relação à alteração qualitativa do Intervalo Intra jornada, o § 4º, Art. 71 promoveu mudança na natureza dessa verba, conferindo caráter indenizatório, ou seja, o valor devido ao empregado deixa de integrar o conceito de remuneração e, portanto, deixa de sofrer a incidência dos encargos referentes a décimo terceiro salário; férias; adicional de férias; encargos previdenciários; Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS); e outras contribuições. Assim, a rubrica Intervalo Intra jornada deve ser excluída do Módulo 1, Composição da Remuneração, e integrar um módulo apartado na planilha de custos e formação de preços ou ser incluída no módulo referente aos benefícios mensais e diários, sofrendo incidência apenas quanto ao Módulo dos Custos Indiretos, Tributos e Lucro.

É mister destacar que na hipótese de o órgão ou entidade não ter efetuada a revisão contratual em virtude do início da vigência da Lei nº 13.467/2017, deve apurar, na maior brevidade possível, se os valores despendidos pelas empresas contratadas para as rubricas Adicional Noturno; Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado; e Intervalo Intra jornada observaram as regras dispostas pela Lei da Reforma Trabalhista a partir de 11 de novembro, o que requereria por parte da Administração, além de providenciar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato com base no § 5º, Art. 65, da Lei nº 8.666/1993, efetuar glosa das faturas emitidas a partir do mês de dezembro tendo em vista o descompasso com os valores provisionados na planilha de custos e formação de preços; ou as condições estabelecidas pela legislação anterior à vigência da Lei nº 13.467/2017, o que demandaria apenas o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a partir do momento em que iniciar o procedimento de revisão contratual.

Contudo, não podemos perder de vista que anteriormente a 11 de novembro de 2017 os valores provisionados a título de Intervalo Intra jornada repercutiam no recolhimento da Contribuição Previdenciária e depósito de FGTS, portanto, deve ser verificado, mesmo no pressuposto de que as empresas contratadas efetuem os pagamentos aos empregados conforme as condições estabelecidas pela legislação anterior à vigência da Lei nº 13.467/2017, se o valor efetivamente recolhido para cada empregado observou a norma anterior ou a atualmente vigente, o que poderá, conforme o caso, ensejar a retificação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

Por fim, quanto à perda da eficácia da Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro, o Ministério do Trabalho aprovou, por meio de seu Ministro de Estado, o Parecer nº 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU, de 14 de maio de 2018, que concluiu que mesmo a perda de eficácia do Art. 2º da MP 808/2017, a qual estabelecia de forma explícita, apenas a título de esclarecimento, a aplicabilidade imediata da Lei nº 13.467/2017 a todos os contratos de trabalho vigentes, não modifica o fato de que esta referida lei é aplicável de forma geral, abrangente e imediata a todos os contratos de trabalho regidos pela CLT (Decreto-lei nº 5.542, de 1º de maio de 1943), inclusive, portanto, àqueles iniciados antes da vigência da referida lei e que continuaram em vigor após 11/11/2017, quando passou a ser aplicável a Lei nº 13.467/2017.

Em que pese os efeitos práticos da manifestação jurídica por meio do Parecer nº 00248/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU se restringirem apenas aos órgãos autônomos e entidades vinculadas daquela Pasta por força do Art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, pode-se considerar um caminho a ser observado por servidores de outras Pastas, sobretudo quanto aos aspectos fiscalizatórios e da aplicabilidade da Lei nº 13.467/2017; até mesmo porque há relação com o contido no inciso VII do Art. 50 da Lei nº 9.784/1999, haja vista tratar-se de parecer técnico à guisa de boa prática administrativa.

É certo que, ao adotar-se as ações descritas anteriormente, cada órgão e entidade, além de adequar os preceitos da Lei nº 13.467/2017 aos contratos de serviços terceirizados, promoverá uma redução contratual de aproximadamente 9,51% e 11,80% do valor contratado, respectivamente, para os postos de vigilante diurno e noturno armado, enquanto, para os postos de brigadistas diurno e noturno, os benefícios financeiros alcançam, nesta ordem, 2,34% e 4,28%. Para ambas as categorias foram adotadas os valores constantes nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

A partir de todo o exposto, os órgãos e entidades devem observar as diretrizes dispostas a seguir de modo a providenciar adequação dos respectivos contratos de prestação de serviços terceirizados à Lei nº 13.467/2017, caso não tenham sido adotadas:

a) Proceder a revisão contratual com base no Art. 65, § 5º, da Lei nº 8.666/1993, celebrando termo aditivo em virtude das seguintes alterações na planilha de custos e formação de preços:

a.1) Expurgar a rubrica referente ao Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado do Módulo 1, Composição da Remuneração, tendo em vista o disposto no parágrafo único do Art. 59-A, da Lei nº 13.467/2017;

a.2) Proporcionalizar os custos com a rubrica Adicional Noturno ao período noturno das 22 horas às 5 horas, tendo em vista a extinção da prorrogação da jornada de trabalho noturno após as 5 horas prevista pela Súmula TST 60;

a.3) Excluir a rubrica referente ao Intervalo Intra jornada do Módulo 1, Composição da Remuneração, e alocá-la em módulo apartado ou no módulo referente aos custos mensais e diários, tendo em vista tratar-se, a partir da nova redação conferida ao § 4º, Art. 71, de verba de caráter indenizatório; e

a.4) Adequar o valor da rubrica Intervalo Intra jornada ao período efetivamente suprimido do descanso do empregado, tendo em vista que a partir da nova redação conferida ao § 4º, Art. 71, a remuneração devida ao empregado refere-se apenas ao período suprimido e não a sua integralidade.

b) Apurar se as empresas contratadas efetuaram a partir de 11 de novembro de 2017 o pagamento das rubricas referentes ao Adicional Noturno; Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado; e Intervalo Intra jornada aos seus empregados em conformidade com a Lei nº 13.467/2017, o que, em caso afirmativo, demandará abertura de procedimento administrativo para apuração do "quantum" pago a maior, e da respectiva glosa nas faturas vincendas, após oportunizar às empresas contratadas o contraditório e a ampla defesa; e

c) Verificar se os valores recolhidos a título de Contribuição Previdenciária e os depósitos efetuados para o FGTS pelas empresas contratadas a partir da competência novembro/2017 tiveram como referência as disposições da Lei nº 13.467/2017 ou da legislação vigente anteriormente o que poderá, conforme o caso, ensejar a retificação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

d) Encaminhar a esta Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente, no prazo de 90 (noventa) dias, as providências adotadas quanto à adequação dos contratos de serviços terceirizados prestados com Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO) à Lei nº 13.467/2017, informando, ainda, os respectivos benefícios financeiros alcançados com a implementação das aludidas medidas saneadoras pelas Unidades subordinadas e vinculadas.

6. ENCAMINHAMENTO

Encaminhar às Unidades Jurisdicionadas para adoção das providências recomendadas no item 5.

DESPACHO do [nome do cargo da autoridade]

[Digitar aqui o texto do Despacho]



Documento assinado eletronicamente por **JOAO LUIZ DOMINGUES, Auditor Federal de Finanças e Controle**, em 01/06/2018, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA BARBOSA MEDEIROS COSTA, Chefe de Serviço**, em 01/06/2018, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE RODRIGUES, Chefe de Serviço**, em 01/06/2018, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **PAULO RICARDO GRAZZIOTIN GOMES, Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Integração Nacional e Meio Ambiente**, em 01/06/2018, às 11:02,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cgu.gov.br/conferir>

informando o código verificador 0739579 e o código CRC 41B71079

Referência: Processo nº 00190.106183/2018-13

SEI nº 0739579